

PLANO DE TRABALHO

FIELD PROJECT	TRADUZINDO O DIREITO: CONSTITUCIONAL						
AUTORIA	ILANA ALÓ CARDOSO RIBEIRO				DISCENTES Nº MÁX.	10	
SUPERVISÃO	ILANA ALÓ CARDOSO RIBEIRO				DISCENTES Nº MÍN.	6	
REQUISITOS	Aberto para todo o corpo discente						
PÚBLICO-ALVO	Público em geral, toda a comunidade não jurídica						
CÓDIGO	GRDDIR003 / GRDDIR037 / GRDDIR039 / GRDDIR041	PERÍODO	2025.1	NATUREZA	PRÁTICA	CARGA HORÁRIA	60h

EMENTA	A Linguagem Simples é uma técnica para simplificação de elementos utilizados em determinadas áreas específicas com o intuito transmitir informações de maneira simples, objetiva e inclusiva. O intuito é fazer com que a pessoa que receba a informação, seja ela de forma escrita ou oral, a entenda de maneira clara e simples. O direito, assim como outras áreas de conhecimento, tem um vocabulário próprio que muitas vezes se torna rebuscado, técnico, e de difícil compreensão para a comunidade não jurídica, incluindo aqui pessoas de diferentes níveis de escolaridade. Entretanto, algo importante a se ressaltar é que quando falamos de direito especificamente, a compreensão de qual é a carga de direitos e deveres que se recebe do Estado, e forma de exercê-los se torna essencial. Assim, diante dessa problemática que gira em torno da forma possível de traduzir o direito para uma linguagem simples, é que se pretende desenvolver esse projeto, para que seja possível um direito constitucional em termos mais simples e acessíveis gerando assim uma melhor compreensão para a população em geral.
PROBLEMA	De que forma é possível traduzir o direito para uma linguagem simples?
PRODUTO	O presente projeto gerará material digital com o intuito de alcançar o maior número possível de pessoas de fora da comunidade jurídica. Dentre estes produtos estão previstas uma rede social e uma página web.
OBJETIVO	Traduzir parte do direito constitucional para uma linguagem simples.
METODOLOGIA	O projeto será dividido em três etapas: Primeira etapa: Após estudarem e entenderem o que é e como se aplica a linguagem simples, os estudantes, sob supervisão, irão escolher os conceitos e/ou artigos para realizar a tradução levando em consideração o tempo de execução e os recursos disponíveis. Segunda etapa: Produção de conteúdo. Começará a produção de conteúdo que levará em conta a criação de um layout e uma marca, incluindo aqui logo e escolha de cores. Serão produzidos materiais escritos, narrados e em vídeo. Haverá também nessa etapa uma verificação teste para saber se o público-alvo está sendo atingido. Terceira etapa: Divulgação do produto. Voltado para o público não jurídico, ou seja, de fora do direito. A ideia é alcançar o maior número de pessoas possível, assim, a divulgação do produto terá meios digitais, acompanhada de um evento a ser realizado na Universidade que contará com a presença de palestrante especializados na temática e na apresentação do produto pelos alunos.
HABILIDADE	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.
	Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.
	X Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.
	X Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.
	X Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.
Exigência MEC	Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.
	X Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.
RESOLUÇÃO nº 5, 18 de dezembro de 2018	Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.
	X Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.
	X Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.
	Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.
	X Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.
	X Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.
	X Aprender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.
	Outras:
PROGRAMA GERAL (cronograma dos encontros semanais presenciais (em média 15))	
ATIVIDADE	TEMA
1	Os dois primeiros encontros têm como principal função fazer com que os estudantes entendam o que é e como se aplica a linguagem simples. Serão apresentados aqui as metodologias e os exemplos já existentes.

2	Os dois primeiros encontros têm como principal função fazer com que os estudantes entendam o que é e como se aplica a linguagem simples. Serão apresentados aqui as metodologias e os exemplos já existentes.
3	Serão dois encontros para discutir a escolha dos conceitos e/ou artigos para realizar a tradução levando em consideração o tempo de execução e os recursos disponíveis.
4	Serão dois encontros para discutir a escolha dos conceitos e/ou artigos para realizar a tradução levando em consideração o tempo de execução e os recursos disponíveis.
5	Produção de conteúdo: divisão de tarefas e sugestões de marca, logo e layout.
6	Produção de conteúdo: Criação do layout e marca, incluindo aqui logo e escolha de cores.
7	Produção de conteúdo: Criação da rede social/página web.
8	Produção de conteúdo: Serão produzidos materiais escritos, narrados e em vídeo.
9	Palestra de divulgação do projeto, palestrante convidado.
10	Produção de conteúdo: Serão produzidos materiais escritos, narrados e em vídeo.
11	Produção de conteúdo: Serão produzidos materiais escritos, narrados e em vídeo.
12	Realização de teste para verificar se o conteúdo está sendo entregue ao público-alvo.
13	Produção de conteúdo: Serão produzidos materiais escritos, narrados e em vídeo.
14	Palestra de encerramento com os resultados aberta a todo público.
15	Reunião de encerramento e balanço final.
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	<p>A avaliação do estudante será feita de modo continuado através da sua participação na criação e divisão das tarefas assignadas mensurada através das etapas. As notas serão dadas por etapa da forma descrita abaixo.</p> <p>Etapa 1: 30 % do conceito Etapa 2: 50 % do conceito Etapa 3: 20 % do conceito</p> <p>Sendo os conceitos: A (ótimo) para quem concluiu de modo excelente todas as etapas; B (bom) para quem participou em todas as etapas e trouxe alguma contribuição; C (suficiente) para quem participou das etapas com pouca participação; D (insuficiente) quem deixou de participar de alguma das etapas ou sendo responsável por alguma tarefa não a cumpriu nem justificou seu descumprimento.</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>DA SILVA, José Afonso. Curso de Direito Constitucional Positivo. 44ª ed. São Paulo: Malheiros, 2022.</p> <p>FISCHER, Heloisa. Clareza em textos de e-gov, uma questão de cidadania. 1ª ed. 2018 Rio de Janeiro (p. 22, 24, 59-61). Edição do Kindle;</p> <p>SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais. 5. ed., rev., atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>Apostila do curso Linguagem Simples no Setor Público. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/6181/1/Apostila%20do%20curso%20Linguagem%20Simples%20no%20Setor%20Pu%CC%81blico.pdf> Acesso em: 06/10/2023;</p> <p>BARROSO, Luís Roberto; BARCELLOS, Ana Paula de. O começo da história: a nova interpretação constitucional e o papel dos princípios no direito brasileiro. In: AFONSO DA SILVA, Virgílio (org.). Interpretação constitucional. 1. ed. 2. tiragem. São Paulo: Malheiros, 2007, p. 271-316. Holzner, B. and Holzner, L. (2006) Transparency in Global Change: The Vanguard of the Open Society. University of Pittsburgh Pre, Pittsburgh.</p> <p>CARVALHO, LUIZ PAULO; CAPPELLI, CLAUDIA. Linguagem Cidadã de Processos em Sistemas Digitais. In: 17º Congresso Internacional de Ergonomia e Usabilidade de Interfaces HumanoTecnologia e o 17º Congresso Internacional de Ergonomia e Usabilidade de Interfaces e Interação HumanoComputador, 2019, Rio de Janeiro. Blucher Design Proceedings. São Paulo: Editora Blucher, 2019. v. 6. p. 1. Disponível em: Acessado em: 25 nov. 2021;</p> <p>SIMPLIFIXA. Linguagem Simples. Disponível em: < https://www.simplifixa.com.br/linguagensimples >. Acesso em: 06/10/2023</p>